

AS DEZ SEÇÕES DO RDA: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

Raildo de Sousa Machado (UNIFAP) - raildo@unifap.br

Resumo:

Expõe a imprescindível ligação entre os Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR) e o RDA - Recurso: descrição e acesso. O objetivo geral que norteou a construção do presente trabalho buscou fazer um breve histórico dos FRBR e apresentar os conceitos defendidos pelo modelo conceitual. Os objetivos específicos deram corpo a este trabalho e procurou-se apresentar, a partir de documentos do Joint Steering Committee for Development of RDA - JSC/RDA, as dez seções do RDA e suas subdivisões em capítulos. Fazer uma breve descrição das seções e dos capítulos do RDA. O desenvolvimento deste trabalho se deu por meio de pesquisa bibliográfica, por ter estudado as principais obras publicadas sobre o assunto proposto, sendo livros, artigos de periódicos, sites na Internet. Utilizou-se, também, a pesquisa exploratória que, por meio da pesquisa bibliográfica, proporcionou maior familiaridade com as obras que tratam do assunto abordado, além de traduções para o português de relatórios e artigos referentes aos FRBR e RDA.

Palavras-chave: *Recurso: Descrição e Acesso - RDA. Functional Requirements for Bibliographic Records - FRBR. Códigos de catalogação. Catalogação descritiva.*

Área temática: *Eixo 2 - Responsabilidade Política, Técnica e Social*

Subárea temática: *Organização e tratamento da informação*

1 Introdução

O que antes despontava apenas como uma possível substituição ao Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição (AACR2), começa a sair da idealização de seu uso e passa a ser uma necessidade para quem lida diariamente com a catalogação. O fato de que os recursos informacionais mudaram já vem sendo discutido há muito tempo por diversos autores. As mudanças provocadas por essas inovações também tornaram-se assuntos na vida biblioteconômica, e por muitas vezes tem deixado catalogadores na difícil missão de desvendar o caminho para descrever os tais novos suportes informacionais. Pode-se dizer que a solução para tais enigmas começou a despontar em 1998 com a publicação do relatório dos Functional Requirements Bibliographic Records (FRBR), que propõe uma catalogação mais direcionada ao conteúdo do recurso do que ao seu suporte ou sua forma, e principalmente uma catalogação focada nas necessidades dos usuários. Mais tarde, seguindo a pretensão de solucionar dificuldades na catalogação, nasce a necessidade de revisão do AACR2 para que os novos suportes pudessem ser abarcados nas instruções de descrição. O que a princípio seria o AACR3, deu lugar ao Recurso: Descrição e Acesso (RDA) que com a nova nomenclatura aspira ao alcance internacional. O presente trabalho se propõe a fazer uma breve exposição das dez seções e dos 37 capítulos que compõe o RDA, de forma concisa e mais clara possível.

2 Revisão de literatura

No decorrer do desenvolvimento da informação registrada, foram surgindo modelos de registros com o objetivo de uniformizar as características necessárias para se registrar um suporte informacional.

Para Fusco (2011, p. 20), “a catalogação consolida e ordena, de maneira lógica, os dados de identificação e codificação, representando-os numa lista de nomes ou códigos que estão associados à informação com dada finalidade”. Logo, a catalogação torna possível a recuperação da informação registrada contida nas inúmeras Unidades de Informação (UI), transformando simples objetos em verdadeiros aportes do conhecimento e para o conhecimento. Dentre os modelos destaca-se o AACR2, lançado em 1967, tendo sua primeira edição brasileira em 1969 e que supriu, sem lacunas, as necessidades que lhe cabiam naquele período específico.

Para Mey (1995, p. 9), o catálogo é um canal de comunicação estruturado, que veicula mensagens contidas nos itens, e sobre os itens, de um ou vários acervos, apresentando-as sob forma codificada e organizada, agrupadas por semelhanças, aos usuários desse(s) acervo(s). Desta forma, o catálogo é a ponte que liga as informações contidas nas UI aos usuários, tornando assim, possível o controle bibliográfico e a recuperação da informação.

Ao longo da história do livro e dos demais suportes informacionais, ocorreram (e ocorrem) consideráveis modificações nestes meios de armazenamento de informações, e o fato de eles estarem cada vez mais presentes no dia a dia dos usuários, e não apenas no ambiente das UI, bem como a necessidade de serem catalogados, atraem para si a necessidade de ter um código para catalogar tais suportes, visto que “cada mudança na tecnologia transformou o panorama da informação, e essa aceleração prosseguiu num ritmo que parece incontrolável e incompreensível” (DARNTON, 2010, p. 41), diante destas transformações fez-se necessário o estudo para a revisão do AACR2 e, posteriormente, a construção de um novo código que obtivesse um desempenho ainda maior, já que o AACR foi criado em um ambiente predominantemente de materiais impressos e de catálogos em fichas, e mesmo com todas as atualizações perpetradas para atender as mudanças surgidas, chegou-se a um momento em que foi imprescindível a revisão por completo do código, conforme afirma Oliver (2011, p. 46).

XIX Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

A necessidade de se ter um código que fosse maleável quanto às mudanças atuais bem como as possíveis mudanças futuras, com a capacidade de adequar-se as diferentes agências catalogadoras e a premência de se ter um código internacional despertaram o interesse de um grupo de estudos, o Joint Steering Committee for Development of RDA, para a construção de um novo código que fosse além das AACR2, já que

as AACR2 foram desenvolvidas originalmente como um código de catalogação de livros e periódicos impressos, bem como outros documentos em papel. Embora regras destinadas a outras mídias hajam sido enxertadas no código, nunca houve uma metodologia coesiva e logicamente coerente da descrição de conteúdo, mídia e suporte. Esta limitação dificultou a extensão das regras AACR2 para incluir a descrição de novos tipos de recursos, principalmente os eletrônicos. A RDA oferece uma estrutura extensível para a descrição de todos os tipos de recursos (OLIVER, 2011, p. 3).

Este novo código expande não apenas os suportes que é capaz de catalogar, mas, também, sua área de atuação tornando-se um código internacional, como explica Oliver (2011, p. 5):

Joint Steenring Committe for Development of RDA, que é o organismo responsável pelo conteúdo da norma, [...] solicitou comentários a organizações internacionais, bibliotecas nacionais e comissões nacionais de catalogação de outros países que adotam as AACR2, bem como os que possuem seus próprios códigos nacionais de catalogação. Este diálogo em âmbito internacional contribuiu para que fosse alcançada a meta de tornar a RDA aplicável em contexto internacional.

O site do *Joint Steering Committee for Development of RDA* foi uma importante ferramenta no desenvolvimento deste trabalho e é, também, uma importante fonte para conhecer o RDA, por agregar em sua página na internet documentos referentes à construção do código em questão. Outros importantes autores e suas bibliografias são citados e referenciados ao longo deste trabalho.

3 Breve histórico dos FRBR

Como se verá mais adiante nas explanações sobre as seções e os capítulos do RDA, o FRBR é uma ferramenta que foi a base para a construção de padrões, regras, orientações presentes no RDA.

Os FRBR são um modelo conceitual. A esse respeito Mey e Silveira (2009, p. 17) esclarecem que “modelo” pode ser considerado “como representação de algo; conceitual implica a modelagem de coisas, processos ou abstrações, de forma a sintetizar e sistematizar sistemas teóricos ou fenômenos com vistas à aplicação”, reforçando assim, o estabelecimento dos FRBR não com a finalidade de se tornarem códigos de catalogação, mas de orientarem a construção destes.

Na introdução do *Functional Requirements for Bibliographic Records: Final Report* (IFLA, 1998) fica evidente as demais razões que motivaram a sua construção, dentre elas pode-se destacar a questão do crescimento da catalogação cooperativa ou compartilhada, que se tornou uma necessidade que começou a contar com a força das novas tecnologias que deram impulso para a aplicação da catalogação compartilhada. A própria demanda causada pela chegada das novas tecnologias formaram fatores que também influenciaram no exame feito pela IFLA na catalogação prática e teórica em âmbito internacional, exame este que deu resultado aos FRBR.

3.1 Conceitos apresentados pelos FRBR

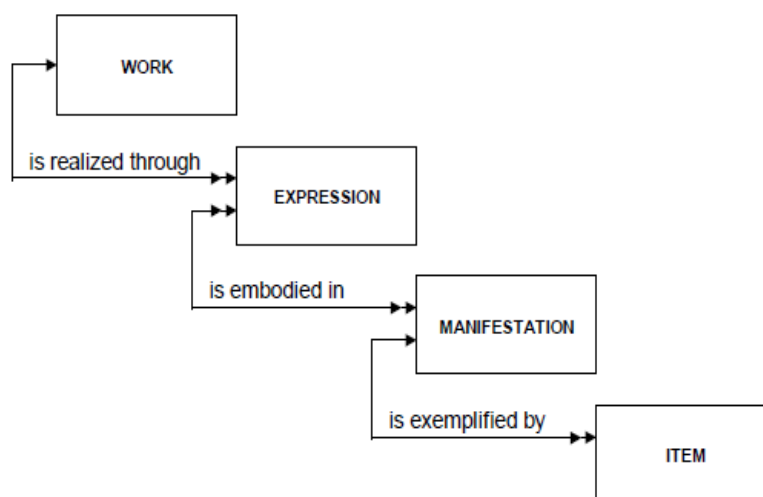
Nos FRBR são identificados três grupos de entidades. Oliver (2011, p. 23) expõe estes grupos da seguinte forma:

Entidades do grupo 1:	produtos do trabalho intelectual ou artístico entidades: obra, expressão, manifestação, item
Entidades do grupo 2:	os responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico, a produção física e a disseminação, ou a custódia das entidades do primeiro grupo entidades: pessoas físicas, pessoas jurídicas
Entidades do grupo 3:	Assuntos entidades: conceito, objeto, acontecimento, lugar + mais todas as entidades dos grupos 1 e 2.

Estas entidades são subdividas em atributos, que são as características particulares de cada entidade. Exemplificando os atributos pode-se desdobrar a entidade “manifestação”, que tem como atributos a editora, o local de publicação, a data de publicação, etc.

Os FRBR dividem ainda as entidades em novos grupos, como mostrado na figura 1, que demonstra as entidades do primeiro grupo:

Figura 1 – Grupo 1: entidades e relações primárias



Fonte: IFLA (1998, p. 13).

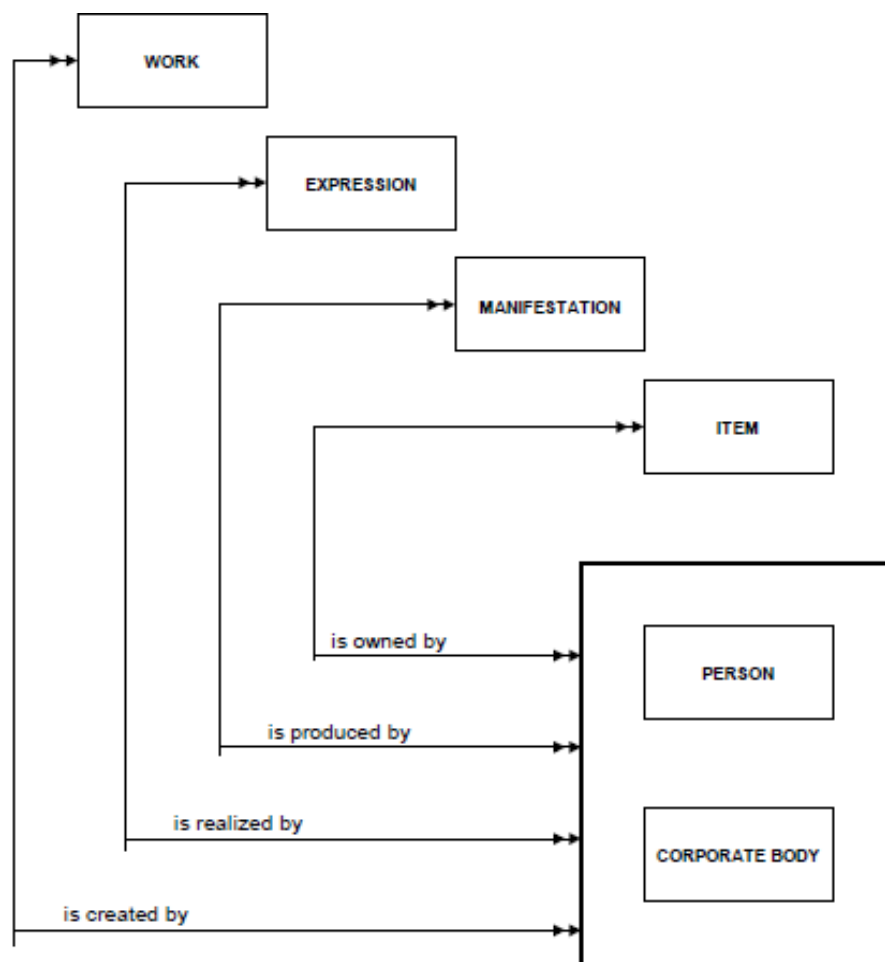
O grupo 1 apresenta as entidades obra, expressão, manifestação e item que Mey e Silveira (2009, p. 19-20) definem da seguinte forma:

- Obra: uma criação intelectual ou artística distinta, ou seja, o conteúdo intelectual em si, independente de seu suporte ou de sua forma;
- Expressão: a realização intelectual ou artística de uma *obra*, ou seja, a forma como se expressa o conteúdo intelectual;
- Manifestação: a materialização da *expressão* de uma *obra*, ou seja, a representação de todos os objetos físicos que possuem as mesmas características, tanto de conteúdo intelectual como de forma física;
- Item: exemplificação única de uma *manifestação*; ou seja, o objeto físico que permite ao usuário acessar o conteúdo intelectual ou artístico de uma *expressão* e de uma *obra*.

Os FRBR relacionam todas as entidades, fazendo com que cada uma delas seja, também, assuntos de outras obras.

O grupo 2 é constituído pelos responsáveis pela concepção da obra. A figura 2 expõe as entidades do grupo 2 e a forma que se relacionam com as entidades do grupo 1:

Figura 2 – Grupo 2: entidades e relações de responsabilidade



Fonte: IFLA (1998, p. 14)

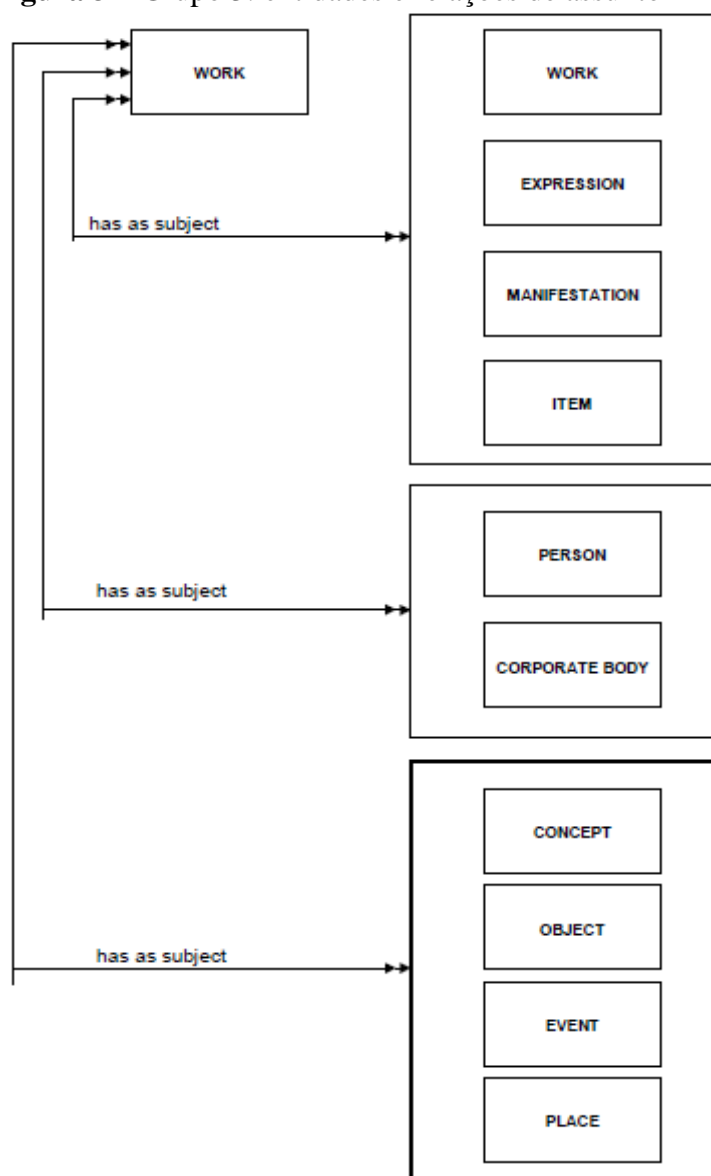
As definições das entidades do grupo 2 são baseadas, também, em Mey e Silveira (2009, p. 21):

- a) Pessoa: um indivíduo, relacionado à criação ou a realização de uma obra ou de uma expressão, ou assunto de uma obra. A entidade ‘pessoa’ também pode ser responsável pela produção de manifestação, ou pela posse de um item;
- b) Entidade coletiva: uma organização ou grupo de indivíduos, de caráter permanente ou temporário, ou um governo territorial, que age unificadamente e se identifica por um nome.

Detalhando as informações da figura 3, a entidade “obra” pode ser uma criação de uma pessoa ou de uma entidade coletiva; uma expressão pode ser realizada por uma pessoa ou uma corporação; uma manifestação pode ser produzida por uma pessoa ou uma corporação; um item pode ser de propriedade de uma pessoa ou de uma corporação.

O grupo 3 estabelece os assuntos que compõem as entidades descritas no grupo 1. A figura 3 mostra as entidades do grupo 3 e suas relações aplicadas.

Figura 3 – Grupo 3: entidades e relações de assunto



Fonte: IFLA (1998, p. 16).

Mey e Silveira (2009, p. 22) definem as entidades do grupo 3 (conceito, objeto, evento e lugar) da seguinte forma:

- a) Conceito: uma noção ou ideia abstrata, sempre assunto de uma obra;
- b) Objeto: uma coisa material, móvel ou imóvel;
- c) Evento: uma noção ou ocorrência, como eventos históricos, época e períodos de tempo;
- d) Lugar: um local. E entidade ‘local’ pode abranger: locais terrestres e extraterrestres, locais históricos e contemporâneos, características geográficas e jurisdições geopolíticas, entre outros.

Lembrando que todas as entidades podem ser assuntos de uma obra e se relacionam entre si fazendo com que quaisquer dados de uma obra buscados pelo usuário sejam recuperados.

Os conceitos apresentados pelos FRBR são muito presentes nas seções e nos capítulos do RDA, o que mostra sua importância na construção do novo código.

4 Histórico do RDA

Considerando as mudanças nos suportes informacionais, várias ações ocorreram no âmbito biblioteconômico objetivando acompanhar e usufruir dos benefícios das tecnologias disponíveis, adequando-se a elas para melhor desenvolver atividades dentro das UIs e buscando atender da melhor maneira possível o usuário, traçando metas para que os códigos sejam de fácil uso e estejam de acordo com o que busca a comunidade que o utiliza.

Como parte destas ações, em 2004 deu-se início as revisões do AACR2 tendo como alvo torná-las compatíveis e capazes de atender os catálogos em linha e padronizar o registro de novos suportes, porém sem deixar de lado os antigos, presentes nas UIs antes da revolução das novas mídias, uma vez que o AACR2 foi desenvolvido para catálogos em ficha, destinadas à catalogação de livros, periódicos e demais materiais analógicos, principalmente impressos. Ainda que os materiais impressos tenham sido a base para o desenvolvimento do AACR deixaram de ser exclusividade nas bibliotecas, tendo, inclusive, que dividir espaço com suportes não físicos, não palpáveis. Oliver (2011, p. 3) aponta que “embora regras destinadas a outras mídias hajam sido enxertadas no código, nunca houve uma metodologia coesiva e logicamente coerente da descrição de conteúdo, mídia e suporte” deixando, desta forma, com que os novos suportes de conteúdos ficassem desprovidos de regras que os catalogassem e tornassem seu acesso possível. Knight (2010, p. 2, tradução nossa) enfatiza que as necessidades da revisão do AACR2

culminou na Conferência Internacional para os Princípios e Desenvolvimento Futuro das AACR realizado em Toronto, em 1997. Alguns dos problemas que esta conferência focou foram a melhoria no tratamento de uma série de recursos, questões entre o conteúdo intelectual e o suporte deste conteúdo e a função das regras de catalogação no ambiente *online*

Buscando, assim, uma adequação bem como uma ampliação das regras, com o intuito de acomodar as novas mídias. Esta revisão resultaria no AACR3, que tinha como responsável o *Joint Steering Committee for Revision of AACR 27*. Mey e Silveira (2009, p. 90) ressaltam que “a revisão provocou mudanças substanciais e acarretou, em 2005, o desenvolvimento de um sucessor do AACR2, o RDA”. Sob o encargo agora do *Joint Steering Committee for Development of RDA 28*, este código salta os limites anglo-americanos e pretende consolidar-se como um código internacional, visto que contou com a cooperação de vários códigos nacionais, observando suas aplicações e necessidades regionais, permitindo sua flexibilidade e seu uso internacional.

Modesto (2008) define o RDA como uma

proposta de padrão sucessora ao AACR2 [...], seu desenvolvimento caracteriza-se por uma mudança na direção de ser um código internacional (ou de aceitação global), que diferentemente do atual (em uso), não se regule por regras rígidas, mas por diretrizes de ampla aplicação, e com foco centrado no usuário e nas suas necessidades de informação”.

Sendo assim, as regras rigorosas do AACR2 darão lugar a um código que se propõe oferecer padrões de fácil utilização e que adequa-se à realidade de todas as bibliotecas.

4.1 FRBR no RDA

Os modelos FRBR, FRAD (*Functional Requirements for Authority Data*) serviram de base para a construção do RDA por terem uma grande aceitação por agências catalogadoras e por terem se estabelecido como importantes modelos conceituais para a catalogação.

Oliver (2011, p. 17) enfatiza que “estes modelos moldaram a estrutura da RDA e influenciaram a linguagem empregada nas instruções”. Desta forma não há como usar o RDA sem um conhecimento prévio dos conceitos aplicados nos FRBR e FRAD. A autora frisa ainda que ao analisar as relações colocadas pelo RDA ficam claras a sua ligação com tais modelos conceituais.

4.2 Estrutura do RDA

O RDA é composto de dez seções que se dividem em 37 capítulos, além dos apêndices, tais apêndices não são tratados neste artigo. As seções e seus capítulos são arranjadas conforme os atributos, as entidades e as relações definidas nos FRBR e FRAD. Importante destacar que “os capítulos dentro de cada seção focarão em elementos de apoio a tarefas específicas dos usuários: *encontrar, identificar, selecionar ou obter*” (JSC/RDA, 2009, tradução nossa), ficando assim evidente a associação dos FRBR e FRAD com o RDA. As dez seções estão divididas em 4 seções (1 a 4) para atributos e 6 seções (5 a 10) para as relações.

4.2.1 Seções dos atributos

De forma simplificada, os atributos são as características das entidades. É por meio dos atributos que os usuários formulam suas pesquisas para recuperarem as entidades que necessitam. O relatório dos FBRB (1998) expõem que os atributos “caem em duas grandes categorias” sendo elas:

- 1) as características físicas e/ou as características atribuídas no rótulo (informações contidas na capa, folha de rosto, recipiente);
- 2) são os identificadores atribuídos a uma entidade e informações contextuais.

Considerando que os usuários usarão os atributos como elementos de recuperação de informações, as 4 primeiras seções trazem orientações quanto ao registro de tais atributos e estabelecerá, também, outras informações.

4.2.1.1 Seção 1: Registro de atributos de manifestação e item

Capítulo 1: os objetivos e princípios funcionais e instruções para os capítulos 2, 3 e 4, bem como especificará os elementos para descrições e identificação de manifestações e item;

Capítulo 2: instruções para título, indicação de responsabilidade, indicação de edição e demais informações que os usuários precisarão para confirmar se um determinado recurso corresponde ao que foi pesquisado, ou distinguir entre dois ou mais recursos recuperados;

Capítulo 3: especifica os elementos que permitem ao usuário escolher o recurso que apresenta as características físicas e/ou formato de sua preferência;

Capítulo 4: este último capítulo da primeira seção fornecerá as informações de aquisição e quanto a forma de acesso e/ou obtenção do recurso, dentre tais informações cita-se termos de disponibilidade, informações de contato, restrições de acesso.

4.2.1.2 Seção 2: Registro de atributos de obra e expressão

Capítulo 5: os objetivos e princípios funcionais e instruções para os capítulos 6 e 7, bem como especificará os elementos para descrições e identificação de obra e expressão. O capítulo traz, também, instruções para as elaborações de pontos de acesso autorizados;

Capítulo 6: instruções para títulos preferidos e variantes de títulos para uma obra, data, lugar de origem da obra, idioma de expressões, etc. O capítulo também traz orientações para a construção de pontos de acesso autorizados e variantes que representam uma obra ou

expressão;

Capítulo 7: Instruções para o registro de atributos que os usuários precisam quando escolhem um recurso para encontrar seus conteúdos exigidos. Atributos como natureza e cobertura do conteúdo, público alvo, etc.

4.2.1.3 Seção 3: Registro de atributos de pessoa, família e entidade coletiva

Capítulo 8: os objetivos e princípios funcionais e instruções para os capítulos 9, 10 e 11, bem como especificará os elementos para descrições e identificação de pessoa, família e entidade coletiva. O capítulo traz, também, instruções gerais para o registro de nomes e a elaboração de pontos de acesso autorizado e variantes que representam pessoas, famílias e entidades coletivas, além de datas e fontes correspondentes a estas entidades;

Capítulos 9, 10 e 11: Instruções para nomes preferidos e variantes de uma pessoa, família ou entidade coletiva, assim como datas e lugares associados com tal pessoa, família ou entidade coletiva, etc., informações como estas auxiliam os usuários na confirmação de que um determinado recurso corresponde ao que foi pesquisado, ou na separação entre dois ou mais recursos recuperados.

4.2.1.4 Seção 4: Registro de atributos de conceito, objeto, evento e lugar

Capítulo 12: os objetivos e princípios funcionais e instruções para os capítulos 13, 14, 15 e 16, bem como especificará os elementos para descrições e identificação de conceito, objeto, evento e lugar, além de seus pontos de acesso autorizados e variantes.

Capítulos 13, 14, 15 e 16: Instruções para termos ou nomes preferidos e variantes de conceito, objeto, evento ou lugar, tipo de conceito ou objeto, etc.

4.2.2 Seções das relações

As relações é o que liga uma entidade e a outra, ajudando assim os usuários fazerem conexões entre as entidades recuperadas na sua pesquisa.

4.2.2.1 Seção 5: Registro de relações primárias

Capítulo 17: os objetivos e princípios funcionais e instruções para o registro de relações primárias entre uma obra, uma expressão, uma manifestação e um item, além de instruções no uso de identificadores, pontos de acesso autorizado e composições descritivas para registro de relações primárias.

4.2.2.2 Seção 6: Registro de relações para pessoas, famílias e entidades coletivas associadas a um recurso

Capítulo 18: os objetivos e princípios funcionais e instruções para os capítulos 19, 20, 21 e 22, bem como especifica elementos para as relações entre um recurso e uma pessoa, uma família e uma entidade coletiva. Especifica, também, instruções para o uso de identificadores e pontos de acesso autorizados para registrar estas relações e o uso de relações designatórias para indicar a função desempenhada pela pessoa, família ou entidade coletiva em relação ao recurso.

Capítulos 19, 20, 21 e 22: Instruções para relações entre obra, expressão, manifestação e item, e as pessoas, famílias e corporações associadas ao item. Além de elementos que são usados para identificar os criadores da obra, os editores, tradutores, etc., responsáveis pela

expressão da obra, os produtores e publicadores da manifestação, os proprietários e guardadores do item, etc. O capítulo 19 também inclui instruções adicionais aplicadas especificamente a pessoas, famílias e entidades coletivas associadas a uma obra legal e uma obra religiosa.

4.2.2.3 Seção 7: Registro de relações de assuntos

Capítulo 23: os objetivos e princípios funcionais e instruções para o registro de relações de assunto. Este capítulo fornece também instruções para o uso de identificadores e pontos de acessos autorizados para relações de assunto.

4.2.2.4 Seção 8: Registro de relações entre obras, expressões, manifestações e itens

Capítulo 24: os objetivos e princípios funcionais e instruções para o registro de relações para os capítulos 25, 26, 27 e 28, bem como especifica elementos para as relações entre obra, expressão, manifestação e item. Especifica, também, instruções para o uso de identificadores, pontos de acesso autorizados e descrição de registro destas relações, e para o uso de relações designatórias para indicar a natureza da relação.

Capítulos 25, 26, 27 e 28: Instruções para as relações entre obras, expressões, manifestações e itens. Além de elementos que são usados para registrar relações entre uma obra derivada e a sua fonte, uma reprodução e a manifestação original, etc.

4.2.2.5 Seção 9: Registro de relações entre pessoas, famílias e entidades coletivas

Capítulo 29: os objetivos e princípios funcionais e instruções para o registro de relações para os capítulos 30, 31 e 32, bem como especifica elementos para as relações entre pessoa, família e entidade coletiva. Especifica, também, instruções para o uso de identificadores, pontos de acesso autorizados e descrição de registro destas relações, e para o uso de relações designatórias para indicar a natureza da relação.

Capítulos 30, 31 e 32: Instruções para as relações entre pessoas, famílias e entidades coletivas, bem como especifica os elementos que são usados para registrar relações entre colaboradores, membros de uma família, parente e entidade coletiva subsidiária, etc.

4.2.2.6 Seção 10: Registro de relações entre conceitos, objetos, eventos e lugares

Capítulo 33: os objetivos e princípios funcionais e instruções para o registro de relações para os capítulos 34, 35, 36 e 37, bem como especifica elementos para as relações entre conceito, objeto, evento e lugar. Especifica, também, instruções para o uso de identificadores, pontos de acesso autorizado e descrição de registro destas relações, e para o uso de relações designatórias para indicar a natureza da relação.

Capítulos 34, 35, 36 e 37: Instruções para as relações entre conceitos, objetos, eventos e lugares, bem como especifica os elementos que são usados para registrar relações entre conceitos amplos e restritos, etc.

5 Considerações parciais/finais

A catalogação descritiva atravessa um período de mudanças, de adequações que exigem estudo e empenho para que esta importante atividade continue exercendo seu imprescindível papel dentro da biblioteconomia.

A necessidade da ampla explanação dos FRBR na seção 3 justifica-se no capítulo 4,

uma vez que cada seção e cada capítulo do RDA tem uma ligação visível e inseparável dos tais requisitos funcionais, como fica evidente nos enunciados de cada seção do código. O que se desprende no decorrer do trabalho é que entender os FRBR é requisito para se entender a importância do RDA. Importante ressaltar que frequentemente as descrições dos capítulos do RDA trazem a tona que a finalidade de suas instruções é fazer com que o usuário final confirme que um determinado recurso corresponde ao que foi pesquisado, ou faça distinção entre dois ou mais recursos recuperados aquele que mais lhe serve, deixando claro assim que o novo código, assim como os FRBR, buscam facilitar a recuperação e acesso das obras presentes nas UI's e fora delas também.

Apesar de o RDA já está sendo usado por algumas bibliotecas, por exemplo, a *Library of Congress (LC)*, é importante destacar que as seções relacionadas aos conceitos, eventos, lugares e relacionamentos de assuntos ainda estão em desenvolvimento. Mesmo diante da não completude do desenvolvimento do RDA, chegou o momento em que a comunidade biblioteconômica no Brasil, e principalmente a comunidade catalogadora, precisa a começar a tomar medidas consistentes para o estudo e aplicação deste importante código que é o RDA, mesmo o RDA já estando em uso por algumas bibliotecas, a LC, por exemplo, as seções relacionadas aos conceitos, objetos, eventos, lugares e relacionamentos de assuntos ainda estão em desenvolvimento.

6 Referências

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro.** Tradução de Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DENTON, William. FRBR and history of cataloging. In: TAYLOR, Arlene (Org.). **Understanding FRBR: what is and how it Will affect our retrieval tools.** Westport, CT: Greenwood Publishing Group, 2007. Disponível em: <bitstream/handle/10315/1250/denton-frbr-and-the-history-of-cataloging.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2012.

FUSCO, Elvis. **Aplicação dos FRBR na modelagem de catálogos bibliográficos digitais.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: <http://www.culturaacademica.com.br/_img/arquivos/Aplicacao_dos_FRBR_na_modelagem_de_catalogos_bibliograficos_digitais.pdf>. Acesso em 10 out. 2012.

HUTHWAITE, Ann. Prefácio a revisão de 2002. In: JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR. Tradução da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. **Código de Catalogação Anglo-Americano.** 2. ed., revisão 2002. São Paulo: FEBAB: Imprensa Oficial, 2005. v. 1.

IFLA. **Functional Requirements for Bibliographic Records: final report.** München: Saur, 1998. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbr_2008.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2012.

JSC/RDA. **RDA – Resource Description and Access: a prospectus.** JSC/RDA, 2009. Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/rdapropectus.html>>. Acesso em: 6 jun. 2012.

KNIGHT, F. Tim. **Resource Description and Access: from AACR to RDA.** 2010. Disponível em: <<http://yorkspace.library.yorku.ca/xmlui/bitstream/>

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação.** Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

MODESTO, Fernando. **O AACR não dá, mas o RDA dará vitaminação ao catalogador**. 2008. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=334>. Acesso em: 12 mar. 2013.

OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura da Costa; CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. **Catálogo**: trajetória para um código internacional. Niterói, RJ: Intertexto, 2009.